REQUERIMENTO Nº 5/2023

Sr. Presidente,

A Vereadora infra-assinada, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que seja determinada a realização de uma Audiência Pública com o objetivo de debater assuntos relacionados a Políticas de Segurança Alimentar, e a criação de estratégias para que o município de Lagoa da Prata não seja incluído no Mapa da Fome. A audiência deverá contar com a presença de autoridades, representantes da sociedade civil organizada, do Poder Executivo Municipal e de demais interessados na questão, e deve realizar-se no mês de fevereiro de 2023, às 18 horas, no Plenário desta Casa Legislativa.

JUSTIFICATIVA:

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, uma parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana.

Em 2014 o Brasil havia saído do Mapa da Fome, no entanto, desde 2018 o país voltou ao Mapa da Fome. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, relatório conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), divulgado em 08 de junho de 2022, mostra o assombroso crescimento da fome.

Os dados revelam que passou de 19,1 milhões em 2020 para 33,1 milhões o número de pessoas que estão em situação de fome hoje no Brasil. Em apenas 2 anos foram 14 milhões de pessoas a mais passando a conviver diariamente com a fome. Além disso, são 125,2 milhões de pessoas, ou seja, mais da metade da população do país vivendo com algum grau de insegurança alimentar - o que ocorre quando a pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos.

Ainda é necessário dizer, que a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Uma situação hedionda. Apesar do salto ter acontecido entre 2020 e 2022, é importante dizer que a despeito da pandemia ter agravado o quadro da insegurança alimentar e da fome, ela não é o único fator determinante.

O fim do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – Consea, que tem por atribuição o controle social, atuação na formulação, monitoramento e avaliação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e foi órgão fundamental para construção das políticas de combate à fome no Brasil representou uma enorme perda para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O momento é grave e o Poder Público pode e deve ser agente ativo para construção de políticas públicas de combate à fome de forma mais robusta. Estas, pois, são as razões que fundamentam a necessidade da realização da Audiência Pública ora requerida, motivo pelos quais espero contar com o apoio dos demais membros desta Casa para a aprovação do presente Requerimento.

Sala das sessões, 30 de janeiro de 2023.

CAROL CASTRO
Vereadora do PSB